

RELAÇÕES ENTRE JUVENTUDES, EDUCAÇÃO E TRABALHO NO BRASIL

Relationships between youth, education, and work in Brazil

Aparecida Neri de Souza

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, Brasil.

Liliane Bordignon

Fundação Carlos Chagas (FCC); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil.

Informações do artigo

Recebido em 30/10/2024

Aceito em 02/12/2024

doi>: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n263.p607-628>

Copyright (c) 2024 Aparecida Neri de Souza,
Liliane Bordignon.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

SOUZA, Aparecida Neri de; BORDIGNON, Liliane. Relações entre juventudes, educação e trabalho no Brasil. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*. Salvador/Recife, v. 49, n. 263, p. 27-48, set./dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n263.p607-628>

Resumo

O artigo analisa as relações que os/as jovens estabelecem com a educação escolar e com o mundo do trabalho no caso brasileiro. Indaga-se: como as juventudes conjugam suas aspirações em relação à educação escolar e ao trabalho com as condições concretas de vida na sociedade, calcada em desigualdades de classe, gênero e raça? Observa-se por meio da análise de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2023 e 2024) e da literatura especializada da sociologia da educação e do trabalho que há desafios interpretativos que se apresentam na análise desse grupo social heterogêneo. Com isso, juventudes e suas diversidades são interpretadas aqui como relações sociais móvientes e multidimensionais, que se alteram a depender do contexto e grupo social analisado. Observa-se que o desemprego, a flexibilização, a informalização e a precarização do trabalho têm redefinido, nas últimas décadas, as condições de trabalho e vida das classes trabalhadoras, particularmente das suas juventudes. A multiplicidade de situações desafia a análise sobre as relações entre trabalho e educação, apontando para a necessidade de políticas públicas direcionadas ao aumento da escolarização e a inserção no trabalho das juventudes em sua diversidade. Os dados e as pesquisas analisadas evidenciam que a correlação convencional entre qualificação e emprego, por vezes presente nas representações coletivas, não se verifica no mercado de trabalho brasileiro.

Palavras-chave: Juventudes. Desigualdades sociais. Educação escolar. Trabalho.

Abstract

The article analyzes the relationships that young people establish with school education and the world of work in the Brazilian context. It inquires: how do youths reconcile their aspirations regarding school education and work with the concrete living conditions in a society marked by class, gender, and racial inequalities? Through the analysis of data from the Continuous National Household Sample Survey (2023 and 2024) and specialized literature in the Sociology of Education and Work, it is observed that interpretative challenges arise in the analysis of this heterogeneous social group. Thus, youths and their diversities are interpreted here as dynamic and multidimensional social relations, which change depending on the context and social group analyzed. It is noted that unemployment, flexibilization, informalization, and precarization of work have redefined, in recent decades, the working and living conditions of the working classes, particularly their youths. The multiplicity of situations challenges the analysis of the relationships between work and education, pointing to the need for public policies aimed at increasing schooling and integrating youths into work in their diversity. The data and research analyzed show that the conventional correlation between qualification and employment, sometimes present in collective representations, does not hold true in the Brazilian labor market.

Keywords: Youth. Social inequalities. Formal education. Work.

INTRODUÇÃO

No Brasil, as complexas relações que se estabelecem entre juventudes, educação e trabalho são pauta fundamental das políticas públicas e dos movimentos sociais organizados. A recente entrevista do secretário-geral do Organismo Internacional de Juventude (OIJ) para Iberoamérica¹ destaca que, segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT-2024)², um em cada cinco jovens no mundo não estudava e não estava à procura de emprego no momento da pesquisa, mais precisamente 20,4% da juventude mundial. Percentual semelhante é observado no Brasil. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), referentes a 2023, indicam que aproximadamente 22% dos jovens brasileiros, na faixa etária entre 15 e 29 anos, não estudam, não trabalham e não estão à procura de emprego. As trajetórias indicadas nos dados estatísticos de trabalho e de educação são irregulares e intercambiáveis (Guimarães, Brito e Comin, 2020) e expressam as vulnerabilidades e a informalidade do mercado de trabalho. Os dados estatísticos oficiais são alarmantes.

Considerando esse contexto, o objetivo do artigo é apresentar uma análise sobre as relações que se estabelecem entre juventudes, educação e trabalho no contexto brasileiro. Inicialmente, será apresentado um quadro dos dados sobre trabalho de jovens produzidos a partir da PNAD Contínua (2023 e 2024). Na sequência, será analisada a construção da concepção de juventudes em sua pluralidade e diversidade no campo da sociologia da educação e do trabalho. Por fim, serão apresentadas experiências brasileiras de políticas públicas voltadas às juventudes, buscando compreender as relações que se estabelecem entre educação e trabalho na perspectiva de superação de desigualdades sociais.

¹ Disponível em: <https://g20.gov.br/pt-br/noticias/um-em-cada-5-jovens-no-mundo-nao-trabalha-nem-estuda-secretario-geral-da-oij-fala-sobre-o-futuro-do-mercado-de-trabalho-para-esta-populacao>. Acesso em: jan. de 2025.

² Disponível em: <https://www.ilo.org/es/publications/major-publications/tendencias-mundiales-del-empleo-juvenil-2024>. Acesso em: jan. de 2025.

CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DAS JUVENTUDES BRASILEIRAS

Os dados da PNAD Contínua revelam que havia no primeiro trimestre de 2024, 4,6 milhões de jovens entre 14 e 24 anos que não estavam estudando, trabalhando e nem procurando emprego. Considerando que a população brasileira formada por jovens na faixa etária entre 14 e 24 anos é de 34 milhões (17% do total da população), os 4,6 milhões à deriva representam 13,5% do total dos jovens brasileiros. Encontram-se trabalhando 13,7 milhões (40,3%) de jovens, 65% são pessoas negras e 51% são mulheres, dentre os quais 45% estão na informalidade, sendo que 82% nessa condição são jovens homens condutores de motocicletas (motoboys). Tendência semelhante de gênero e raça aparece entre os jovens que não estudam e não estão à procura de trabalho, essa condição específica atinge significativamente as mulheres, predominantemente negras³.

O Estatuto da Juventude⁴ considera jovens as pessoas que têm idade entre 15 e 29 anos. De acordo com os dados da PNAD Contínua (2023), 48,5 milhões de pessoas estavam nessa faixa etária, o que corresponde a aproximadamente 25% da população brasileira. Apesar da proporção, o número de jovens está em queda, em 2012 eles eram quase 52 milhões. Dentre os/as jovens, em 2023, 9,2 milhões (19%) não frequentam a escola e não concluíram a educação básica. Cerca de 40% desses jovens não concluíram sequer o ensino fundamental; outros 24,3% concluíram o ensino fundamental, mas não concluíram o ensino médio; e 36,3% possuem o ensino médio incompleto. Dentre os jovens que não concluíram o ensino fundamental, 71% são negros ou negras.

Aproximadamente a metade dos jovens que não concluíram a educação básica, cerca de 42%, afirmam que deixaram a escola por necessidade de trabalhar, sendo que esta motivação é mais recorrente entre os homens (53%), seguido de desinteresse pela escola (25%). Entre as mulheres, além do trabalho (25%), a gravidez (23%) e o desinteresse (21%) são motivos pelos quais abandonam a escola. O número de jovens fora da escola e sem

³ Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Maio/pesquisa-aponta-crescimento-no-emprego-para-a-juventude-mas-jovens-mulheres-e-negros-seguem-com-dificuldades-de-insercao>. Acesso em: 28 set. 2024.

⁴ Lei nº. 12.852/2013. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>. Acesso em: 28 set. de 2024.

trabalho tem diminuído, a hipótese para a diminuição seria a inserção no mercado de trabalho em condições muito precárias, como autônomos, informais, em trabalhos que não se enquadram em estatuto do trabalho reconhecidos, a chamada *viração*.

Vemos em ato a *viração*, tema atual e ao mesmo tempo constitutivo do mercado de trabalho brasileiro desde sua formação. A *viração* – e remeto-me ao uso que Vera Telles fazia do termo já no início dos anos 2000 – é pouco tratada nos estudos do trabalho brasileiros, inclusive na produção e análise de dados sobre emprego/desemprego; entretanto é constitutiva da vida e da sobrevivência dos trabalhadores de baixa qualificação e rendimento. O “viver por um fio” das periferias brasileiras significa um constante agarrar-se às oportunidades, que em termos técnicos se traduz na alta rotatividade do mercado de trabalho brasileiro, no trânsito permanente entre trabalho formal e informal (como demonstra Adalberto Cardoso), na combinação de bicos, programas sociais, atividades ilícitas e empregos (ver pesquisas do viver na periferia, em especial os coordenados por Gabriel Feltran, Vera Telles e Cibele Rizek). (Abílio, 2017, s/p).

Retornando aos dados da PNAD Contínua (2023), dentre os jovens que estavam fora da escola e sem trabalho em 2022, aproximadamente 9,8 milhões de pessoas, 51% são mulheres e 44,9% homens. As desigualdades raciais são visíveis, as pessoas negras são aproximadamente 71,6% desse grupo. É notável as desigualdades de gênero e raça presentes no acesso à educação básica e ao mundo do trabalho. As classes mais desfavorecidas em termos de renda são as mais atingidas pelas desigualdades sociais, 42% dos jovens entre os 25% mais pobres estão fora da escola e sem trabalho. Dentre os 25% com maior renda, o percentual de jovens fora do trabalho e da escola é de 6%⁵.

Os dados apresentados oferecem pistas para levantarmos questões e hipóteses acerca das condições de estudo, trabalho e vida das juventudes brasileiras. Pesquisas recentes do campo da sociologia da educação (Sposito, Almeida e Corrochano, 2020; Sposito, Almeida e Tarábola, 2020; Tommasi e Corrochano, 2020; Abramo, Venturi e Corrochano, 2021) revelam inúmeros desafios colocados para as juventudes no que diz respeito ao incentivo e aumento da escolarização no país, tais como: a exigência do ensino médio como requisito para a entrada em muitos empregos; a necessidade de os jovens trabalharem para compor a renda familiar; os índices de violência que atingem, principalmente, os jovens homens negros; a gravidez na adolescência que figura como um forte impedimento de permanência das mulheres na escola; e os pertencimentos construídos

⁵ Para mais dados ver: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/q221-sintese-de-indicadores-sociais.html> Acesso em: 26 out 2024.

pelas juventudes a diferentes espaços culturais e movimentos sociais de diferentes vertentes.

Quando passamos as informações acima por um escrutínio outras desigualdades se revelam. Inicialmente, é importante considerar que a conclusão do Ensino Médio é mais desafiadora para os jovens homens, notadamente as pessoas negras, que deixam a escola para trabalhar. No entanto, segundo os dados da PNAD Contínua, as taxas de desocupação no terceiro trimestre de 2023 reduziram, se comparadas com o mesmo trimestre de 2021, passaram de 12,6% para 7,7%. As maiores taxas de desocupação na PNAD Contínua, em 2023, são de pessoas negras, mulheres e população jovem. As maiores taxas de desemprego atingiram as jovens mulheres negras, com 18,3%, em 2023. As mulheres negras ganhavam 53,5% a menos que os homens brancos, elas também ganhavam menos que as mulheres brancas e 25,6% delas estavam à procura de trabalho há mais de dois anos. Parte expressiva desse contingente acumulava trabalho remunerado com trabalho doméstico e de cuidados não remunerados. Considerando a faixa etária entre 25 e 29 anos, 51,9% das mulheres negras realizavam trabalhos de cuidados.

No país, nesse mesmo ano, 85,4% das mulheres em idade de trabalhar realizavam trabalho doméstico não remunerado e 29,3% delas em idade de trabalhar realizava atividades de cuidados com pessoas no país. Entre as mulheres negras entre 25 e 29 anos, 51,9% realizam trabalhos de cuidados. As mulheres negras dedicam 22 horas aproximadamente às atividades domésticas e/ou de cuidados e têm um rendimento mensal habitual de aproximadamente R\$1.985 reais, enquanto as jovens entre 14 e 29 anos tem um rendimento de R\$1.582 reais.

Se a taxa de desemprego diminuiu, observa-se uma proporção maior de pessoas empregadas na faixa etária compreendida entre 14 e 29 anos (73,2%). O percentual de pessoas jovens com trabalho sem carteira assinada (22,3%) é maior do que o conjunto da população em idade de trabalhar (13,3%). A proporção de homens negros com trabalho sem carteira assinada também é maior (28,3%) comparados com as mulheres brancas (17,2%). Em 2023, estima-se que 25,5% da população total ocupada trabalhava por conta própria, por vezes na informalidade. O trabalho por conta própria atinge mais homens (82,9%) e mulheres negras (80%) do que homens brancos (67,3%) e mulheres brancas (65,1%). Observa-se que a informalidade entendida como aquela que afeta os trabalhadores e

trabalhadoras sem proteção social trabalhista e/ou previdenciária atinge fortemente a juventude negra.

Em 2023, 70,8% das pessoas jovens de 15 a 17 anos e 26% das de 18 a 24 anos estavam frequentando ou haviam concluído o ensino médio regular e o superior, respectivamente. Esses dados indicam que ainda há uma parcela significativa de jovens fora da escola. Se observarmos o percentual de jovens (de 18 a 24 anos) cursando ou que já haviam concluído o ensino superior, as diferenças raciais são expressivas, os jovens negros são 15,6% e as jovens mulheres brancas são 39,8%.

Considerando os dados apresentados, como interpretar a construção social de uma aspiração, que é difundida pela escola para a juventude, de profissionalização e “inserção” de qualidade no mercado de trabalho e as suas escassas chances de realização? Como interpretar esse paradoxo considerando as intersecções das relações de classe social, gênero, raça, etnia, geração, sexualidade dentre outras possíveis dentro da vida de um jovem trabalhador? Quando se trata de profissionalização e inserção no trabalho de quais juventudes se está tratando?

As perguntas colocadas acima já contêm uma assertiva, qual seja: juventude se flexiona no plural. Não é possível apenas falar em “juventude” como representando a enorme diversidade de experiências juvenis na sociedade brasileira. Parafraseando Pierre Bourdieu (1983) “juventude é apenas uma palavra”.

O fato de falar em jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes [...]. Dito de outra maneira, é por um formidável abuso da linguagem que se pode subsumir no mesmo conceito universos sociais que praticamente não possuem nada de comum. (Bourdieu, 1983, p. 113 e 114).

Segundo Groppo (2015a, p. 25), acompanhando Pierre Bourdieu, compreender a juventude no singular, como uma categoria analítica universal, negaria “posições muito distintas na estrutura de classes”. A concepção de juventude é bastante complexa, não há

consenso em torno dessa noção, como demonstra o estudo de Helena Abramo (2024), realizado no âmbito das atividades desenvolvidas pela Ação Educativa⁶.

Foram confrontados os diferentes paradigmas da visão social sobre os jovens, que “coexistem e competem entre si nos diferentes campos que compõem a arena múltipla de ações dirigidas à juventude”, a saber: a juventude como período de formação para exercícios futuros; como etapa problemática; como ator estratégico do desenvolvimento, e como sujeito de direitos. Na superação da visão do “jovem como problema”, ponto de partida consensual dos atores que então se colocavam no campo, havia uma oscilação entre a noção do jovem “como sujeito de direitos” e o “jovem como agente do desenvolvimento”, formulação que contém muitas acepções, que vão desde as originais, baseadas na noção de capital humano que sustenta o desenvolvimento produtivo de uma sociedade, até a de agente de transformação, passando pela mais difundida, a do jovem protagonista pela melhoria da sua comunidade ou do seu ambiente escolar. Debate nunca esgotado, contradições e ambiguidades sempre presentes, disputa que continua. (Abramo, 2024, p. 8).

Como afirma Bourdieu (1983), a juventude não são os dados, assim como a divisão entre idades é arbitrária. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas e variáveis. Os significados em torno da idade são completamente manipuláveis.

Esta estrutura, que é reencontrada em outros lugares (por exemplo, na relação entre os sexos), lembra que na divisão lógica entre os jovens e os velhos, trata-se de poder, da divisão (no sentido da repartição) dos poderes. As classificações por idade (mas também por sexo, ou, é claro, por classe) acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar. (Bourdieu, 1983, p. 112).

Os jovens das classes trabalhadoras buscam construir estratégias permanentes para entrada no mundo do trabalho, o assalariamento e o estatuto social de trabalhador conferem determinados poderes aos sujeitos. Isto informa a produção de um certo mal-estar que habita o projeto de prolongamento da escolarização dos jovens da classe trabalhadora. O que se apresenta de modo completamente diferente para grupos de jovens oriundos das classes médias ou, mais ainda, pelos grupos pertencentes aos quadros das classes altas. Esses últimos vivenciam uma situação social na qual a inserção no mercado de trabalho não se apresenta como uma “questão”, é apenas um dado relativo ao tipo da

⁶ Associação Civil sem fins lucrativos criada em 1994, trabalha com educação, cultura e juventude, dedicando-se à formação de educadores, jovens e agentes culturais; à produção de estudos, pesquisas, materiais e mobilização social. Os estudos produzidos pela Ação Educativa buscam romper com o recorrente diagnóstico que aponta a juventude como “desengajada”, “desinteressada”, “desiludida” e que estimulam o engajamento e o empreendedorismo dos jovens.

herança cultural, social e econômica que se recebe do grupo familiar. A crítica à noção de juventude considera que, a despeito da dimensão simbólica da juventude, esta é uma realidade social muito particular, que se altera a depender do grupo social que se analisa.

As desigualdades educacionais e sociais são centrais na análise sociológica sobre educação. A produção, a repartição e a apropriação de conhecimentos são parte constitutiva das relações sociais de classe e, nessa perspectiva, a sociologia da educação busca tornar evidentes os mecanismos de dominação que caracterizam as sociedades fundadas na divisão social do trabalho material e imaterial (Tanguy, 2007). A instituição escolar é um veículo de privilégios, a depender se pública e privada, observando-se as diferenças de contexto social e político analisado. A escola pode conferir aspirações incompatíveis com as situações reais dos jovens. Isso produz um paradoxo na sociedade brasileira: aumentar a escolaridade do jovem, promover a inserção no mercado de trabalho, em empregos “decentes” – para utilizar uma palavra muito mobilizada pela OIT, profissionalizar e oferecer mobilidade social podem se revelar estratégias bastante desconectadas da realidade de vida da maior parte dos trabalhadores brasileiros. Nesta perspectiva, é necessário entender as conexões entre a educação e as esferas ideológica, política e econômica da sociedade. Como as políticas de educação e trabalho enfrentam estas complexas conexões?

A CONSTRUÇÃO DA CONCEPÇÃO DE JUVENTUDES

O marco da mobilização da concepção de “juventude” como categoria social nos estudos sociológicos e a construção de uma sociologia da juventude no Brasil, de forma geral, é atribuído às pesquisas de Marialice Mencarini Foracchi (2018)⁷. José de Souza Martins (2018), no prefácio do livro *A juventude na sociedade moderna*, afirma que Marialice Foracchi foi “preursora dos estudos sobre a juventude e o movimento estudantil” (p.11). O jovem para Marialice Foracchi, nas palavras de José de Souza Martins, é a “grande personagem da sociedade contemporânea. Também para Maria Helena Oliva Augusto (2005), o legado de Marialice Foracchi foram seus estudos sociológicos sobre a situação, o

⁷ A primeira edição é 1972.

papel e a noção polissêmica de juventude. O primeiro artigo de Foracchi – *O estudante universitário: resultados iniciais de uma investigação sociológica* – foi publicado em 1962, este artigo foi aprofundado em sua tese de doutoramento.

Ainda que Marialice Foracchi seja compreendida como formadora da sociologia da juventude no Brasil, é relevante indicar que, na década de 1960, outros cientistas sociais também produziram estudos e pesquisas sobre a temática. É de Octávio Ianni (1968) uma das primeiras publicações sobre a condição juvenil na particularidade do capitalismo brasileiro, seguido de Artur José Poerner (1995)⁸, sobre participação política de estudantes e de Sulamita de Brito (1968), uma coletânea sobre a sociologia da juventude (Weisheimer, 2015).

Preocupada em compreender a mudança social no Brasil e produzir um pensamento próprio sobre a realidade social, Foracchi mobiliza a sociologia de Karl Mannheim e suas concepções de juventude para analisar a particularidade da juventude brasileira. Ela emprenhou seus esforços para responder uma questão proposta por Mannheim (1982) sobre as condições nas quais os membros individuais de uma geração se tornam conscientes de uma situação comum e fazem dela a base da solidariedade grupal, produzindo grupos concretos, como os que se expressam no movimento estudantil.

Luís Antônio Groppo (2015a/b), que também tem se dedicado a compreender e revelar os sentidos sociais de juventude, indica que há três matrizes teóricas e históricas na construção do campo⁹ da sociologia da juventude: a estrutural-funcionalista, as teorias críticas e as teorias pós-críticas. O estrutural-funcionalismo tem James Coleman (1961), Shmuel Eisenstadt (1976) e Talcott Parsons (1968) como seus principais representantes. “O estrutural-funcionalismo se preocupa com a integração do indivíduo em uma estrutura social que não éposta em causa por esta corrente teórica” (Groppo, 2015a, p.5). A referência, portanto, era o processo de socialização de jovens para assumirem o pleno pertencimento à sociedade (Cardoso, 2014) e aqueles que rompem a ordem do comum são compreendidos, sobretudo, como “anormais” ou “delinquentes”.

⁸ A primeira edição é de 1968.

⁹ A noção de campo é emprestada de Pierre Bourdieu, como um *lócus* de forças opostas em luta em torno de interesses específicos. No campo da sociologia da juventude encontramos uma disputa em torno da legitimidade científica (Bourdieu; Wacquant, 1992).

As teorias críticas, segundo Gropo (2015a), mantém a noção de socialização, mas entendem os jovens como motor das transformações sociais e valorizam essa participação. O principal representante desta matriz teórica é Karl Mannheim (1961, 1968, 1982). Mannheim e Eisenstadt se aproximam na construção da concepção de juventude como um período de moratória social, “no qual ao indivíduo em processo de socialização era permitido experimentar, de maneira relativamente descompromissada, diferentes papéis antes de filtrar as escolhas que o habilitariam à vida adulta”. (Cardoso, 2014, p.10).

Por fim, as teorias pós-críticas podem ser compreendidas em duas dimensões: a primeira, associada ao pós-estruturalismo, que relativiza ou nega o caráter transitório da condição juvenil, ainda que essa condição seja interpretada como uma forma de relacionamento experimental com a realidade. A segunda pode ser considerada uma ruptura teórica com a concepção de socialização, pois entende-se que há uma mudança civilizacional na sociedade moderna. Nesta sociedade moderna (pós-fordista) as socializações são flexíveis, reversíveis e ativas e tal concepção permitiria denunciar a precarização e reversão de direitos conquistados das juventudes em todas as classes sociais e não apenas nas classes populares (Gropo, 2015a).

Considerando a relevância das teorias críticas da Sociologia da Juventude, notadamente por Karl Mannheim (1968,1982) e Erik Erikson (1987), para os estudos sociológicos sobre juventudes no Brasil, retomamos esse quadro de referência. Ambos reconhecem o papel transformador da juventude.

Mannheim (1982) considerava a questão geracional como uma dimensão fundamental para compreender os movimentos sociais e intelectuais. Relevante indicar que o autor estava preocupado com a mobilização dos jovens para a violência, o conservadorismo, o totalitarismo, o fascismo e o nazismo¹⁰. Assim, o problema social da juventude (título da conferência de 1943) se apresenta como uma questão geracional. A geração, para Mannheim (1982), é um tipo de posição social ou uma situação social. A posição social envolve distinções e prestígio que podem ser alcançados pelo estilo de vida, pelo poder, pela cultura, interesses, entre outros. A geração não se confunde com grupos

¹⁰ Em 1943 ele profere a conferência “O problema da juventude na sociedade moderna”, publicada, pela primeira vez, em 1952.

sociais como família, mas como posição social que precisa ser compreendida em determinadas classes. A formação de grupos específicos de jovens é apenas uma potencialidade, não uma consequência da geração, como no caso dos trabalhadores de um mesmo setor produtivo.

[...] o fenômeno social da “geração” não representa nada mais que um tipo particular de situação, abrangendo “grupos etários” relacionados, incrustados em um processo histórico-social. Enquanto a natureza da posição de classe pode ser explicada em termos de condições econômicas e sociais, a situação etária é determinada pelo modo como certos padrões de experiência e de pensamento tendem a ser trazidos à existência. (Mannheim, 1982, p. 73).

Essa situação social comum pode encaminhar grupos de jovens a tipos comuns de ações. Ao mesmo tempo em que há uma transformação cultural entre as gerações, a transmissão da herança cultural e a transição entre gerações é um processo contínuo na sociedade.

Para Mannheim (1982) a juventude é um momento crucial da vida por estabelecer padrões inconscientemente condensados. Os jovens constroem padrões que podem ou não se tornar referências em sua vida, estabelece-se um processo de vinculação com a realidade e valores. Mannheim (1982) parece tratar a juventude a partir de um ponto de vista, também, biológico, considerado como um grupo etário possuidor de atributos naturais. Mannheim (1982) avança no debate sobre a juventude, no período, quando destaca o potencial renovador da sociedade que esse grupo aporta. Jovens gerações, movimentos sociais e intelectuais “alternativos” estariam, como diria Bourdieu (1984), em posição homóloga diante dos valores legitimados pela ordem social, ou seja, em posição marginal. (Groppo, 2015a, p.11).

Percebe-se que há uma disputa pela função social da juventude e Mannheim (1982) estava observando esse movimento, ela pode ser progressista ou conservadora, revelando como as diferentes sociedades organizam ou resistem aos processos de incorporação social desse grupo. As instituições da modernidade – família, escola, mercado de trabalho etc. – buscam organizar e determinar as aspirações das juventudes.

Segundo Erik Erikson (1987), psicólogo do desenvolvimento e psicanalista, a identidade é o principal dilema da juventude. Ele sugere também a existência de uma moratória social da juventude. Para o autor, trata-se de uma dimensão do processo civilizatório, um relaxamento de regras e experimentações possíveis concedidas a determinada geração. Paradoxalmente, a juventude de maio de 1968, na Europa, contestava essas ideias de Erikson, considerando a separação criada entre as gerações como uma forma de segregação e atribuição do poder aos adultos.

A moratória social torna-se um período da vida e que se permite postergar diversas exigências sociais - tais como trabalho, matrimônio, ter filhos e formar o próprio lar - e em que há uma especial tolerância para o comportamento juvenil (Groppi, 2015b, p. 18).

Aqui, é possível retomar o paradoxo que se apresentou acima na confrontação entre uma juventude “tipo ideal” e as juventudes verificadas nos diferentes contextos. À quem é possível postergar as exigências sociais do mundo do trabalho para vivenciar uma juventude criativa e contestadora? No caso brasileiro, as políticas públicas de educação e trabalho tem procurado enfrentar esse paradoxo, promovendo modos de viabilizar a permanência na escola ou a continuidade de estudos e a inserção de qualidade no trabalho. As trajetórias das juventudes são heterogêneas e são marcadas por enormes desigualdades sociais, econômicas e frágeis sistemas de proteção social. As pesquisas sobre as políticas de educação e trabalho demonstram que é preciso deslindar esse emaranhado complexo que constituem as diferentes juventudes (Sposito e Corrochano, 2023; Sposito, Almeida e Corrochano, 2020; Sposito, Almeida e Tarábola, 2020; Tommasi e Corrochano, 2020; Abramo, Venturi e Corrochano, 2021; Sposito, 2005, entre outros). Além disso, as teorias feministas, notadamente a teoria da interseccionalidade (Hill Collins; Bilge, 2021), a teoria da consubstancialidade (Kergoat, 1986; Hirata, 2007) e a teoria da reprodução social (Vogel, 2022; Bhattacharya, 2023¹¹), desenvolvidas no campo da crítica e das perspectivas anticapitalistas, têm alertado para a importância de considerar também as dimensões de gênero e raça, notadamente, na compreensão dos fenômenos sociais contemporâneos, que parecem aprofundar desigualdades sociais.

JUVENTUDES, TRABALHO, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A construção da concepção de jovem como sujeito de direitos, no Brasil, orientada pelas recomendações dos organismos multilaterais, se consolidada com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e, mais recentemente, o Estatuto da Juventude (2013). A legislação criada oferece

¹¹ A edição em inglês foi publicada em 2017.

uma base apoio para as políticas públicas criadas em prol do aumento da escolarização e inserção dos jovens no mundo do trabalho.

Essas normativas aportam, também, a noção de protagonismo juvenil oriunda de recomendações dos organismos internacionais, assim como empoderamento juvenil que tem sua origem em documentos do Banco Mundial¹². As juventudes vão aparecer ora como distúrbio da ordem social, ora como solução para o desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, muitas das políticas públicas de juventude estão centradas na concepção de jovem como sujeito de direitos, ancoradas na inclusão social da juventude pobre, em uma perspectiva ainda bastante estigmatizada.

Além disso, desde a década de 1980, observa-se nos documentos oriundos dos organismos multilaterais – ONU, Unesco, Banco Mundial, entre outros – a apresentação de uma série de recomendações de especialistas para o estabelecimento de direitos e reconhecimento social da juventude. Reis e Shiroma (2020) analisaram a proposta do Banco Mundial para a juventude brasileira do Século XXI para compreender como se constrói a concepção de “nem nem”; quais são as recomendações de políticas; e as tendências apontadas para as relações entre trabalho e educação. O relatório analisado se baseia na teoria do capital humano para compreender a concepção de desengajamento dos jovens, para além dos jovens que não estudam e nem trabalham. Há uma conjunção entre as noções de juventude e desenvolvimento humano, principalmente quando as recomendações se referem às capacidades e competências individuais. Segundo o relatório do Banco Mundial, os jovens devem ter a oportunidade de adquirir a educação e as competências necessárias para contribuir para uma economia produtiva.

Dentre as políticas públicas direcionadas às juventudes brasileiras, destaca-se o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem - 2005), que buscou combinar transferência de renda (R\$100 para 75% de presença), permanência escolar, oficinas socioeducativas e ação comunitária para jovens entre 18 e 29 anos. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec - 2011) também pode ser analisado na

¹² Ver *Vozes Jovens: um olhar das organizações e movimentos de juventude sobre o Brasil do Século XXI* (2004). Disponível em: <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/811531468238509467>. Acesso em: jan. de 2025.

mesma chave, considerando que buscou reunir formação profissional, transferência de renda e incentivo ao aumento da escolarização dos jovens (Bordignon, 2020). Essas e outras políticas direcionadas às juventudes trabalhadoras tem tentado conciliar o aumento da escolarização e a construção de uma aspiração de inserção no mercado de trabalho de qualidade. No entanto, quando retomamos as estatísticas da PNAD Contínua (2023 e 2024) reveladas no início do texto, observamos que há mais jovens fora da escola e que não concluíram a educação básica (aproximadamente 9 milhões) do que jovens matriculados no Ensino Médio (aproximadamente 8 milhões), com destaque para os jovens homens e mulheres negros. As pesquisas demonstram que muitos deles estão fora da escola devido a necessidade de trabalhar dentro e fora da residência e cuidar de pessoas dependentes.

As políticas parecem ser efetivas para determinadas configurações da juventude, no entanto, quando se trata de jovens homens e mulheres negras, trabalhando na informalidade, responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados em suas residências, os impactos parecem ser perversos.

Nas orientações políticas do Banco Mundial para trabalho, educação e juventudes encontra-se a defesa “de incentivos para o aumento progressivo dos índices de conclusão do Ensino Médio, em parceria com o setor privado, buscando a formação das competências demandadas pelo empresariado” (Reis e Shiroma, 2020, p. 531). A concepção de “desengajamento” (geração “nem-nem”) é compreendida como desemprego e daí decorre a responsabilização individual dos jovens pela sua inserção no mundo do trabalho. A educação, nessa perspectiva, é um “ativo” que permite a “acumulação de capital humano”. O trabalho precário, sem vínculos ou direitos trabalhistas, parece conduzir à predominância de que o empreendedorismo é a solução para o desemprego, ainda que seja por meio da uberização (Abílio, 2017).

Nesse sentido, os jovens, homens e mulheres, negros e brancos, de diferentes classes sociais, têm sido responsabilizados pela sua condição geracional, como se tal fenômeno se circunscrevesse aos desejos individuais, ou seja, fizeram “escolhas” equivocadas que conduziram à cristalização da concepção de que são “desengajados”, “desinteressados”, “nem-nem” (“não fazem nada”) e “comprometem o próprio futuro e o futuro da nação” (Reis e Shiroma, 2020; Abramo, 2024). Enquanto uma parcela da população tem acesso a empregos formais e salários, um grupo significativo, especialmente

os jovens, permanece em empregos precários e instáveis no mercado de trabalho (Bittar, 2011, 2020). Essas dificuldades fortalecem tanto as atividades lícitas e as ilícitas como alternativa para a geração de renda de jovens que vivem nas periferias (Cunha e Feltran, 2013). As escolas concorrem com diferentes espaços de sociabilidade, tais como a igreja, os equipamentos sociais e de lazer, o trabalho e o mundo do crime (Bittar, 2011, 2020), que afetam a experiência e frequência à escola, isso precisa ser considerado.

Assim, um outro elemento que aparece nas políticas de juventude é o empreendedorismo como “um novo modelo de emprego”. Bastante impulsionado pelo projeto de educação empreendedora do Sistema Brasileiro de Apoio às Pequenas e Microempresas (Sebrae), o empreendedorismo tem aparecido nas políticas a partir do argumento de que o jovem entendeu que o melhor é “criar o próprio emprego” e “empreender”. A noção de empreendedorismo está cada vez mais presente nas políticas de qualificação para o trabalho, seja pela introdução de novos componentes curriculares na formação da juventude trabalhadora, seja por meio de projetos extracurriculares nas escolas, consolidando a construção da pedagogia do empreendedorismo (Bordignon, 2020).

Observa-se que desde o projeto de lei que baseou a Reforma do Ensino Médio de 2017 (Lei nº 13.415/2017), o empreendedorismo já aparece como um componente curricular fundamental, consolidando-se nas fundamentações do itinerário de formação técnica e profissional; como eixo estruturante na Base Nacional Comum Curricular (Portaria nº 1.570/2017); e, mais recentemente, nas definições de percursos de aprofundamento e integração de estudos articulados à qualificação profissional (Projeto de Lei nº. 5.230/2023).

Portanto, desde 2017, o empreendedorismo passou a fazer parte da organização curricular do Ensino Médio, tornando-se componente da formação obrigatória dos(as) jovens, ocupando o espaço de outros conteúdos curriculares. As noções de empreendedorismo presentes na construção do Novo Ensino Médio convergem para a construção de um novo *ethos* do trabalho, por meio do qual as juventudes trabalhadoras são responsabilizadas pelo êxito de sua trajetória profissional e pessoal a despeito da organização e das condições de trabalho na sociedade brasileira.

A importância de “empreender a si mesmo” como estratégia de sobrevivência e de trabalho aparece de modo recorrente nos argumentos de intelectuais e legisladores, bem como nos currículos do Novo Ensino Médio de diferentes estados do país. Articula-se

empreendedorismo e projeto de vida num movimento de naturalização da redução dos direitos trabalhistas e da precarização do trabalho. Nesse movimento, a “juventudeempreendedora” é responsabilizada por sua empregabilidade e por todas as consequências decorrentes da atividade ocupacional que exerce. Na formação desse novo *ethos* no trabalho não há direitos, não há proteção social; nesse campo social competitivo que se quer instaurar, a única regra é “todos contra todos”. Parece haver um “fetiche da capacitação do jovem para um mercado de trabalho de poucas oportunidades” (Sposito; Carrano, 2003, p.71).

Além disso, como destacado anteriormente, é importante considerar que as jovens mulheres negras são as mais afetadas pelas precárias condições de vida, ainda que sejam mais escolarizadas que os homens. Elas continuam alocadas nos nichos menos valorizados do mercado de trabalho e acumulam trabalho remunerado com trabalho doméstico e de cuidados. Não é novidade no campo da sociologia da educação, do trabalho e do gênero os debates sobre a atribuição “natural” dos serviços de cuidados às mulheres. Sociólogas feministas têm questionado como se organizam, no âmbito da família, as tarefas cotidianas que implicam: planejar, organizar, limpar, cozinhar, medicar etc. Verbos da ação diária de trabalho, sobretudo, de mulheres, seja ele gratuito ou remunerado.

Ao analisar os imbricamentos existentes entre gênero, raça e classe social no processo de reprodução social, Danièle Kerfoot (1986), Helena Hirata e Nadya Guimarães (2012 e 2020) demonstram a centralidade das mulheres e a sobrecarga no trabalho que as afetam no trabalho doméstico e de cuidados de pessoas dependentes, gratuito e/ou remunerado. Além disso, aportam perspectivas analíticas e dados que contribuem com a problematização da naturalização do trabalho de cuidado, a desqualificação, a ausência de direitos trabalhistas, formação e reconhecimento profissional das mulheres. Essa situação afeta diretamente as juventudes brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta levantada no início desse texto não tem uma resposta fácil; ela se repõe permanentemente: afinal, como conjugar as aspirações das juventudes em relação à escola e ao trabalho com as condições concretas de vida na sociedade brasileira, calcada em uma

enorme desigualdade de classe social, gênero e raça? Os dados e as pesquisas consultadas revelam que a qualificação para o trabalho é uma relação social movente, que se repõe continuamente, no sentido apontado por Pierre Naville (1956) à categoria. Portanto, os processos formativos e de inserção no trabalho não se apresentam como um padrão replicável aos diferentes contextos; eles são variáveis. As características dessa relação, tendo em vista o aumento da escolarização e a profissionalização do trabalho, dependem daquilo que os grupos sociais compreendem por essas dimensões e das condições concretas de vida e trabalho das juventudes. Assim, tratar as juventudes e suas diversidades como relações sociais moventes e multidimensionais é, também, uma forma de visibilizar as desigualdades e diferentes posições sociais que ocupam os jovens, assim como suas diferentes estratégias de formação, trabalho e vida.

Observa-se, no caso brasileiro, que a informalidade e o desemprego são altos entre os jovens, especialmente entre as pessoas negras e as mulheres. Os dados e pesquisas analisados destacam os desafios enfrentados pelas juventudes, como a necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar, a violência, a gravidez na adolescência e as desigualdades de gênero e raça que afetam as trajetórias de trabalho. A escolarização e a inserção no mercado de trabalho são vistas como estratégias para a mobilidade social, mas muitas vezes estão desconectadas da realidade dessas juventudes trabalhadoras. Ressalta-se que a noção de juventudes mobilizada pela sociologia da educação e do trabalho é complexa e diversa, refletindo diferentes contextos sociais e econômicos, que precisam ser levados em consideração pelas políticas públicas educacionais e de trabalho. É importante reforçar que a escola, enquanto veículo de privilégios, pode criar aspirações incompatíveis com as condições reais de vida dos jovens, gerando um complexo paradoxo na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. *Uberização do trabalho: subsunção real da viração*. Blog da Boitempo, 2017. Disponível em <https://blogdabotempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/#prettyPhoto>. Acesso em: out. de 2024.

ABRAMO, Helena Wendel. Mapas e caminhos de políticas públicas de juventude: qual é a bússola de reconstrução? In: *Políticas Públicas: Juventude em Pauta*. São Paulo, Ação Educativa, 2024. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/wp->

<content/uploads/2024/04/MIOLFINAL-TEXTO-3-HELENA-ABRAMO-PP-Juv-2023.pdf>
Acesso em: out. de 2024.

ABRAMO, Helena Wendel; VENTURI, Gustavo; CORROCHANO, Maria Carla. *Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. Novos Estudos Cebrap*, volume 39, no. 3, set dez 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/HffJZGdxz6Z36cqybFwQ5nH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: out. de 2024.

ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

AÇÃO EDUCATIVA. Relatório Mude com elas. *Análise dos dados PNAD 2023*. São Paulo: Ação Educativa, 2024. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/publicacoes/relatorio-mude-com-elas-analise-dos-dados-pnad-2023/>. Acesso em: out. de 2024.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. *Retomada de um legado: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. Tempo social*, v. 17, p. 11-33, 2005.

BANCO MUNDIAL. *Competências e Empregos*. Uma agenda para a juventude. Síntese de constatações, conclusões e recomendações de políticas, 2018. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/pt/953891520403854615/pdf/123968-WP-PUBLIC-PORTUGUESE-P156683-CompetenciasEmpregosUmaAgendaparaaJuventude.pdf> Acesso em 28 out. 2024.

BHATTACHARYA, Tithi. *Teoria da reprodução social*. Remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

BITTAR, Mariana. *Trajetórias educacionais dos jovens residentes em distrito com elevada vulnerabilidade juvenil*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

BITTAR, Mariana. Os sentidos da escola para jovens residentes num distrito da periferia de São Paulo. In: RICHMOND, Matthew; KOPPER, Moisés; OLIVEIRA, Valéria Cristina; PLACENCIA, Jaqueline Garza (Orgs.) *Espaços periféricos. Política, violência e território nas bordas da cidade*. São Carlos EdUFSCar, 2020.

BORDIGNON, Liliane. *Metamorfoses da qualificação para o trabalho no Brasil*: uma análise da política de formação profissional continuada (2011-2016). Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2020.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. *An invitation to reflexive sociology*. University of Chicago press, 1992.

BRASIL. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica, Microdados*. Brasília, DF, 2007 a 2020.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas*. Brasília: Senado Federal, coordenação de Edições Técnicas, 2013.

BRITTO, Sulamita (Org.). *Sociologia da juventude*. 4 volumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

CARDOSO, Adalberto. *Juventudes e desigualdades*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2014.

CORROCHANO, Maria Carla; ABRAMO, Helena Wendel; ABRAMO, Laís Wendel. O trabalho juvenil na agenda pública brasileira: avanços, tensões, limites. *RELET - Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, v. 22, n. 36, 2017. Disponível em: <http://alast.info/relet/index.php/relet/article/view/289>. Acesso em: 24 out. de 2024.

CORROCHANO, Maria Carla. *Um trabalho com sentido e com direitos: considerações para a (re)construção de políticas públicas de trabalho para jovens no Brasil*. São Paulo: Ação Educativa, 2024. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2024/08/PPJ-RECONSTRUCAO-EM-PAUTA-TEXTO-4.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

CUNHA, Neiva Vieira; FELTRAN, Gabriel de Santis (orgs.). *Sobre periferia: novos conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj, 2013. 224 p.

EISENSTADT, S. N. *De geração a geração*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ERIKSON, Erik. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

FORACCHI, Marialice M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Edusp, 2018.

GROOPPO, Luís Antonio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. *Revista de Educação do COGEIME*, v. 13, n. 25, p. 9-22, 2004.

GROOPPO, Luís Antônio. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. *Em tese*, v. 12, n. 1, p. 4-33, 2015a. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2015v12n1p4>. Acesso em: 24 out. de 2024.

GROOPPO, Luís Antônio. Teorias pós-críticas da juventude: juvenilização, tribalismo e socialização ativa. *Revista Latinoamericana de Ciências Sociales, Niñez y juventud*, vol 13, no. 2, p.567-579, 2015b. Disponível em: <https://revistaumanizales.cinde.org.co/rilcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/2014>. Acesso em: 24 out. de 2024.

GROOPPO, Luís Antônio. *Juventudes*. São Paulo: Clube de Autores, 2016.

GROOPPO, Luís Antônio. *Introdução à sociologia da juventude*. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

GUIMARAES, Nadya; BRITO, Murilo; COMIN, Alvaro. *Trajetórias e transições entre jovens brasileiros. Novos Estudos CEBRAP*, v. 39, 2021.

HILL COLLINS, Patrícia; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya A. *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya A. *Gênero do cuidado: desigualdades, significações e identidades*. São Paulo, SP: Atlas, 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de pesquisa*, v. 37, p. 595-609, 2007.

IANNI, Octávio. O jovem radical. In: BRITTO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p.225-242.

KERGOAT, D. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY, A. et. al. (org.) *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 79-93.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, Sulamita (Org.). *Sociologia da juventude*. 4 volumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice M. *Mannheim, grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, 1982.

MARTINS, José de Souza. Prefácio. In: FORACCHI, Marialice M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Edusp, 2018.

NAVILLE, Pierre. *Essai sur la qualification du travail*. Paris: Gallimard, 1956.

OLIVEIRA, Vitor Matheus; SANTOS, Raquel Souza dos. *Juventude, educação e trabalho no Brasil (2012-2022)*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/jpQzTDLdnWjLk8pmctyRKXL/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2024. Acesso em: 24 out. de 2024.

PARSONS, T.A. A classe como sistema social. In: BRITTO, Sulamita (Org.). *Sociologia da juventude*. 4 volumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

POERNER, A. J. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. São Paulo: CMJ, 1995.

REIS, Luiz Henrique Fernandes dos; SHIROMA, Eneida Oto. Trabalho e Educação na agenda do Banco Mundial para juventude brasileira. *Revista LABOR*, Fortaleza, v. 1, n. 24, p. 511-537, jul./dez. 2020.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.24, p.16-39, set./dez. 2003.

SPOSITO, Marilia Pontes; ALMEIDA, Elmir de; CORROCHANO, Maria Carla. *Jovens em movimento: mapas plurais, conexões e tendências na configuração das práticas. Educação & Sociedade*, v. 41, p. e228732, 2020.

SPOSITO, Marilia Pontes; ALMEIDA, Elmir de; TARÁBOLA, Felipe de Souza. Jovens do Ensino Médio e participação na esfera escolar: um estudo transnacional. *Estudos Avançados*, v. 34, p. 313-332, 2020.

SPOSITO, Marilia Pontes; CORROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo social*, v. 17, p. 141-172, 2005.

TANGUY, Lucie. Savoirs et rapports sociaux dans l'enseignement secondaire en France. In: DEAUVIEAU, Jérôme et TERRAIL, Jean-Pierre. *Les sociologies, l'école et la transmisión des savoirs*. Paris: La Dispute, 2007.

TOMIZAKI, Kimi. *Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional. Educação & Sociedade*, v. 31, p. 327-346, 2010.

TOMIZAKI, Kimi; DANILIAUSKAS, Marcelo. *A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas. Pro-Posições*, v. 29, n. 1, p. 214-238, 2018.

TOMMASI, Livia de; CORROCHANO, Maria Carla. *Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. Estudos Avançados*, v. 34, n. 99, p. 353-372, 2020.

VOGEL, Lise. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

WEISHEIMER, Nilson. Marialice Foracchi e a formação da sociologia da juventude no Brasil. *BIB-ANPOCS*, São Paulo, no. 77, 1º, semestre de 2014, p. 91-117.

Dados de autoria

Aparecida Neri de Souza

Doutora em Educação pela UNICAMP. Professora de Sociologia da Educação no Departamento de Ciências Sociais e Educação (DECISE) e Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado e doutorado), Linha de Pesquisa Trabalho e Educação, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisadora Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação e Diferenciação Sociocultural (GEPEDISC). Tem experiência de pesquisa sobre Relações de Trabalho no setor público enfocando docentes no ensino básico e nas universidades; trabalho e educação; sociologia da

educação; sindicalismo docente. <http://lattes.cnpq.br/5515536378374204> | <https://orcid.org/0000-0002-1730-4495>. E-mail: ansouza@unicamp.br

Liliane Bordignon

Pesquisadora no Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas (FCC). É Professora Visitante no Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Unicamp. E-mail: lilianebordi@gmail.com